

***A pedagogia do corpo: representações da ginástica nas escolas primárias do Pará (1900-1912)***

***The pedagogy of the body: representations of gymnastics in primary schools in Pará (1900-1912)***



LOPES, Mário Allan da Silva\*

 <https://orcid.org/0000-0001-6682-4633>

SANTOS, Darlene da Silva Monteiro dos\*\*

 <https://orcid.org/0000-0001-7569-7592>

**RESUMO:** Este trabalho objetiva verificar a concepção de educação atribuída ao ensino de Ginástica Escolar na Educação Primária paraense entre os anos de 1900 a 1912. Este estudo traz análises realizadas diante dos Programas para os Estudos Primários de 1903 e Programas para a Educação Primária de 1910, relacionando-os com as prescrições de José Veríssimo, publicadas na edição de n.º 47 da revista *A Escola* de 1904, sobre o ensino da Educação Física no Estado. Observou-se grande ênfase para um ensino de Ginástica Escolar voltado para o exercício do corpo de forma metódica, direcionada, dirigindo, de certa forma, mentes e corpos disciplinados, bem como a sistematização desse ensino e suas subdivisões com relação aos exercícios ofertados em cada ano do curso elementar do ensino primário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa de Ensino; Ginástica Escolar; Educação Primária; Pará.

**ABSTRACT:** This paper aims to verify the educational concept attributed to School Gymnastics Teaching in Primary Education of Pará, covering the years from 1900 to 1912. The study involves analyses conducted in the Programs for Primary Studies of 1903 and the Primary Education Programs of 1910, correlating them with the directives outlined by José Veríssimo, published in “A Escola” magazine issue 47 in 1904, regarding Physical Education Teaching in the State. Notably, significant emphasis was placed on School Gymnastics Teaching, focused on exercises in a methodical approach. To a certain extent, it shaped minds and bodies to discipline, in the republican molds, likewise the systematization of this teaching and its subdivisions correspond to the exercises prescribed for each year of elementary school.

**KEYWORDS:** Teaching Program; School Gymnastics; Primary Education; Pará.

*Recebido em: 05/04/2023*

*Aprovado em: 02/06/2023*

---

\*Mestre em Educação pela UEPA. Doutorando em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade do Estado do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia – GHEDA. E-mail: m.allanlopes@gmail.com.

\*\* Mestra em Educação pela UEPA. Doutoranda em educação pelo programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade do Estado do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia – GHEDA. Professora da Secretaria Municipal de Educação de Belém – SEMEC. E-mail: darlene.monte@hotmail.com.



## Introdução

Este trabalho surge de construções epistemológicas e históricas desenvolvidas durante o levantamento de fontes documentais no Arquivo Público do Estado do Pará e na Biblioteca Moronguêta, ligada ao Fórum Landi da Universidade Federal do Pará, sobre a Educação Primária Paraense na Primeira República no período de 2016 a 2018.

O debruçar sobre as fontes que trazem a educação primária no Estado do Pará despertou-nos para algo singular no que diz respeito ao ensino de Ginástica Escolar durante o primeiro decênio do século XX. A forma como o ensino dessa disciplina transcorria no ensino primário, evidenciado em programas de ensino, bem como em impressos pedagógicos destinados aos professores primários, levou-nos à seguinte indagação: Qual a concepção de educação atribuída ao ensino de Ginástica Escolar na Educação Primária paraense de 1900-1912?

De forma a responder à indagação sugerida, objetiva-se aqui analisar a concepção de educação atribuída ao ensino de Ginástica Escolar na Educação primária paraense de 1900 a 1912. Este estudo se propõe a compreender as práticas exercidas no ensino da disciplina Ginástica Escolar na educação primária paraense, a identificar os conteúdos enfatizados na prática desse ensino e, por último, mas não menos importante, a descrever o perfil de sujeito que se buscava formar por meio dessa educação.

Sendo assim, neste estudo busca-se trazer à discussão as observações destacadas por José Veríssimo no artigo “Da Educação Física – Lição de Pedagogia”, publicado em 1904 na edição de n.º 47 do impresso pedagógico do Pará *A Escola*, além das orientações descritas no Decreto N.º 1191, de 19 de fevereiro de 1903, e nos Programas para os Estudos Primários dos anos de 1903 e 1910.

Para tanto, traz um estudo de cunho documental e bibliográfico, que, de acordo com França e Rodrigues (2010), se traduz pelo tipo de pesquisa realizada pela utilização de todo e qualquer material sem tratamento especializado, em que sua leitura e releitura possibilitarão novas perspectivas de análise. Com relação à pesquisa bibliográfica, corroboramos com a ideia de Severino ao destacar como “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores [...], como livros, artigos, teses, etc.” (Severino, 2007, p. 122).

Neste estudo, estabelecemos o diálogo com Roger Chartier (2002), teórico que coloca a Nova História Cultural como análise que oferece características próprias e bem definidas, o que permite ao historiador a conciliação de novos domínios para sua investigação com uma certa fidelidade à história social. Para esse teórico, a História Cultural possibilita a compreensão da realidade social em suas múltiplas dimensões de um determinado momento, assim como essa realidade é pensada e construída. Esse

entendimento nos levará a compreensões mais amplas da realidade por meio das classificações, divisões e delimitações que irão organizar a apreensão do mundo social.

Para Chartier (2002), a realidade social é marcada por representações, que se fazem através de discursos carregados de intencionalidades e refletem os interesses dos grupos sociais em ascensão. As representações são construídas pelas percepções e apreciação das reais características de cada grupo social por disposições estáveis e partilhadas.

Nesse seguimento, buscamos trazer à baila discussões sobre as representações que foram atribuídas ao ensino de Ginástica Escolar na sua constituição enquanto disciplina na sua especificidade.

Deste estudo, recorreremos às contribuições de Chartier para olhar as fontes analisadas, a fim de entender o que elas dizem sobre a escrita da História do ensino de ginástica na educação paraense, entendendo a importância da crítica sobre a fonte e suas intencionalidades de produção, como alerta Chartier (2014, p. 26): “Ela pressupõe o exercício da análise crítica, a confrontação entre as razões dos seus atores conscientes e a produção de um conhecimento que permita operações controladas por uma comunidade científica”.

Assim, não nos cabe aqui envolver-nos em análises anacrônicas e sim entendê-las como resultado de um processo contínuo da forma como o ensino de Ginástica Escolar se estabelece na educação primária do Pará.

### **A educação física no Pará: uma lição de pedagogia**

A primeira república do Pará foi marcada por influências estrangeiras de países como Portugal e França, que formalizaram o pensamento moderno da sociedade a partir de reformulação urbanística. Construções arquitetônicas (como praças, prédios, casas, teatros, transportes, entre outros) traziam o ar moderno à sociedade e a educação tornava-se uma forte aliada nesse processo. Formar cidadãos capazes de ler, escrever e contar eram fatores essenciais para se alcançar uma educação de qualidade, com crianças não apenas pensantes, mas patriotas.

É importante frisar que, neste período, o Brasil estava envolvido nos processos de inovação moldados pela modernidade europeia. O pensamento moderno coloca a subjetividade como um princípio norteador para a construção do conhecimento “[...] por meio da liberdade da subjetividade, do livre-arbítrio no pensar e agir do ser humano” (Oliveira, 2016, p. 53).

A ciência moderna trouxe várias contribuições para o desenvolvimento intelectual da sociedade, além de trazer a modernidade para dentro das escolas, para as construções das cidades, entre outras construções habitacionais. O pensamento positivista delineava práticas sociais e moldava comportamentos. Sobre essa questão, Priore e Venâncio (2016), apontam que o pensamento científico, pautado nas ideias positivistas, corrente que viera sustentar o novo regime, foi o sustentáculo para o desenvolvimento de novas práticas. “[...] O positivismo foi uma dessas correntes. Seus partidários previam o advento da “era positiva”, em que a sociedade – a começar pela política – funcionaria e seria regulada e controlada de maneira científica.” (Priore; Venâncio, 2016, p. 217).

Para esses autores, o pensamento científico positivista, ainda que enfatizado na República de forma contraditória e controversa, propunha mudanças significativas sobre as políticas públicas, as quais deveriam aplicar o pensar científico. A sociedade passava a adentrar em um progresso sem limites, onde o lema era alcançar a europeização dos costumes. Na educação, esse pensar científico alcançou terreno fértil para o desenvolvimento de novas práticas educacionais e, como afirma Melo (2013, p. 120): “Tornava-se explícita a necessidade de considerar mais seriamente estratégias destinadas a forjar o corpo e o espírito do brasileiro”.

Durante os anos de 1899 a 1909, o ensino primário no Pará passou por transformações educacionais significativas. A República trouxe com ela o pensamento moderno e, a partir de então, inúmeras foram as discussões em todo o estado do Pará e no Brasil para a ascensão de uma educação inovadora, que propiciasse a construção de uma metodologia moderna e eficiente dentro das escolas. Essas metodologias viriam a contribuir com a importância de exercitar não somente a mente das crianças, como também o corpo.

O moderno refletia uma certa identidade do que era ser republicano no Pará, como esclarece Geraldo Coelho (2002, p. 18), “Ser republicano, deste ponto de vista, era estar em sintonia com as pulsações aceleradas de um tempo de transformações”. O autor destaca que o pensamento da época era atrelar-se ao que vinha ocorrendo no mundo europeu e significava assumir uma postura civilizada, já que a civilização era vista como parte do processo de desenvolvimento do espírito humano.

Para França (2004), a carência e até mesmo a inexistência de especialistas e profissionais que debatessem questões no âmbito educacional fez com que emergissem intelectuais em diversas áreas, entre eles jornalistas e escritores, que divulgavam suas propostas e ideias renovadoras nos mais variados impressos da época. Dentre esses intelectuais podemos destacar José Veríssimo.

José Veríssimo Dias Mattos pertenceu a um grupo de intelectuais que se voltavam para as críticas em relação à realidade brasileira no período de 1870 a 1880. No entender de França (2004), as práticas de Veríssimo deram-se de forma permanente como escritor e crítico educacional. Suas obras buscavam destacar a educação brasileira bem como a sociedade de sua época, a autora destaca ainda que as análises desse intelectual em relação à política brasileira tinham um cunho reformista e renovador na medida em que propunha avanços não somente sociais, mas, sobretudo, educacionais. Entre os avanços, destacamos o que o intelectual discute em relação ao ensino de Educação Física na educação primária paraense em 1904.

Na edição de n.º 47 da revista *A Escola*, de 1904, José Veríssimo expõe o conceito de educação defendido por ele. De acordo com esse intelectual, a escola deveria atender não somente o indivíduo, mas a sociedade na qual ele se insere. Nesse limiar, a Educação Física deveria ser um ato estabelecido na escola ou fora dela; logo, destaca que o ensino poderia acontecer de duas formas, fato que demonstra a sua duplicidade. A primeira instância desse ensino deveria possibilitar o desenvolvimento das energias naturais do corpo e a segunda instância se lançaria em propor a fortificação dessas energias, dando-lhes a expansão necessária. Sobre isso, o autor afirma:

Portanto além de sujeita-lo às práticas de higiene que lhe devem conservar, melhorar ou avigorar a saúde e o corpo, devem instruí-lo nessas práticas, dizendo-lhe as razões dela e a necessidade de respeitá-las na vida. A maioria dos alunos das escolas primárias, não terá talvez outra ocasião, a não ser essa escola, de aprendê-las, é, pois, necessário que eles saiam dela conhecendo-as (Veríssimo, *A Escola*, 1904, p.173).<sup>1</sup>

Sobre essa questão, havemos de concordar com Chartier (2002) ao apontar que, em qualquer período social, sempre existirão discursos que construirão modelos que serão impostos por práticas e representações desses discursos, seja por grupos em ascensão ou por poderes dominantes, com o intuito de um ordenamento social, modelando condutas e moldando pensamentos. Os significados produzidos nessas relações é o que conduzirão os discursos dos sujeitos. Como afirma esse autor:

[...] Tal perspectiva leva a fornecer um contrapeso à que põe em relevo os dispositivos, discursivos ou institucionais, que numa sociedade têm por finalidade esquadriñar o tempo e os lugares, disciplinar os corpos e as

---

<sup>1</sup> A linguagem predominante nos escritos das fontes históricas utilizadas para o estudo foi transcrita em adaptação às normas atuais e vigentes da Língua Portuguesa.

práticas, modelar, pelo ordenamento regulado dos espaços, as condutas e os pensamentos [...] (Chartier, 2002, p. 60).

A valorização do pensamento científico, enquanto conceito a ser agregado às formas de ensinar na educação do Pará, foi tema de discursos de médicos que buscavam modelar a pedagogia utilizada nas escolas paraenses. Para esses homens da ciência, a escola precisava de avanços urgentes em sua pedagogia, uma vez que, sob suas perspectivas, o destaque ficava apenas no ensino estático, sedentário e de baixo desenvolvimento físico e intelectual. A educação defendida por esses homens deveria se estabelecer na relação entre a cultura intelectual e o exercício físico.

Acyllino de Leão é um dos médicos que se levanta no Pará para defender o pilar entre a cultura intelectual e o exercício físico na educação. Médico de formação e expoente na vida política, Acyllino de Leão atuou assiduamente na educação paraense por meio de orientações das práticas do professorado do Pará. A publicação de artigos voltados para a educação do corpo na *Revista do Ensino*, impresso criado pela diretoria de ensino do Estado do Pará em 1911, fez desse médico um expoente no Estado para informar e orientar práticas de educação higiênicas e que levassem o perfil dos alunos, futuros homens e mulheres da jovem nação.

No artigo “Higiene Escolar”, publicado na *Revista do Ensino*, na edição de n.º 8 de 1912, Acyllino de Leão chama a atenção de professores para práticas de ensino exaustivas que, no seu entender, pouco contribui para a formação intelectual da criança que ficava fadada ao sedentarismo. Sobre essa questão, o médico destaca:

Os resultados desse método são evidentemente maus: há nele um verdadeiro recuo cronológico, em que a psicologia precede a fisiologia. É fácil compreender ademais o efeito nocivo de uma sedentariiedade muito prolongada, sobre saúde e desenvolvimento físico das crianças. Do outro lado, o trabalho imposto poderia, ao menos em certas crianças caprichosas, acarretar fadiga cerebral [...] (Leão, *Revista do Ensino*, 1912, p. 66).

O bem-estar físico e mental na educação eram fatores primordiais defendidos por esse médico, que, inclusive, apontava a necessidade da redução do tempo em que a criança em sala de aula estava sentada. Para Acyllino de Leão (1912, p. 67), não existia nada mais contrário à natureza da criança do que mantê-la de três a quatro horas seguidas sentadas e imóveis na sala de aula, com o intuito de fazê-las estudar e refletir; com isso, afirma “[...] o desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito é indicar primeiramente as horas de sono, de repouso, de exercícios físicos ao ar livre, que são cotidianamente necessários à saúde das crianças e adolescentes [...]”.

A evidência de uma educação física que atenda às necessidades fisiológicas da criança é fortemente defendida nas teses levantadas pelo médico Acylyno de Leão, que também enxergava a necessidade de uma melhor organização do tempo escolar, como condição essencial na educação do corpo da criança. A esse respeito, Gondra (2004, p. 327), ao discutir o pensamento médico como uma arte de civilizar, aponta que a defesa da educação física no interior das escolas tem, entre suas funções “[...] fortalecer, disciplinar, ordenar o trabalho nas escolas, moldar o temperamento, estruturar o tempo escolar e regenerar”.

Ainda para esse autor, havia uma preocupação enorme da parte médica de que a educação física desse conta da estruturação do tempo escolar. Na escola pensada pelos médicos para esse período, não existiria um tempo “vago” entre os trabalhos intelectuais realizados em sala de aula, mas uma reordenação sobre o tipo de atividade a ser realizada nesse tempo para que a criança tivesse um “tempo produtivo”, preenchido com exercícios físicos. A ideia de “tempo útil” regava as falas dos médicos que consideravam a utilização da educação física como prática de um “tempo disciplinador” nas escolas (Gondra, 2004).

A defesa de uma educação para além da instrução intelectual tornou-se a bandeira defendida pela discursividade médica, que, aos poucos, ganhou espaço não apenas em artigos publicados e destinados aos professores, mas assentou-se enquanto política pública a ser implementada na organização da educação pública do Estado do Pará.

### **A ginástica escolar como disciplina**

De acordo com o decreto 1190 de 17 de fevereiro de 1903, o ensino público do Estado era ofertado em grupos escolares e escolas isoladas, com disponibilidade de oferta de ensino elementar e complementar, sendo que as escolas poderiam ser especiais para cada sexo ou mista. Contudo, nas escolas de meninas e mistas, as disciplinas seriam ministradas exclusivamente por professoras, e as que atendiam meninos teriam na regência tanto professoras quanto professores.

Com efeito, foi a partir desse momento que, dois dias após a promulgação do decreto 1190, foi instituído o decreto 1191 de 19 de fevereiro de 1903, que aprovou os programas do ensino primário, bem como dos programas para os exames de estudos primários sob a administração do governador Augusto Montenegro.

No artigo 33 desse mesmo decreto que trata do ensino público, observa-se o destaque, que, além das variadas disciplinas ofertadas no ensino público, ficava a cargo

das escolas também ofertarem o conteúdo de Educação Física. Todavia, este ensino não era organizado como disciplina, como bem frisa o artigo em destaque; deveria elencar consideravelmente a importância para as noções de higiene prática, exercícios, jogos e brinquedos ao ar livre.

No título V, que trata a obrigatoriedade escolar no Art. 180, dispõe que a instrução primária era obrigatória para os meninos de idade de 6 a 14 anos e para as meninas de 6 a 12 anos. Entretanto, a oferta desse ensino alcançava somente as populações que residiam no raio de 1 km do local onde esse ensino era oferecido. O art. 182 sinaliza que a responsabilidade desse ensino estaria a cargo dos pais, tutores ou protetores dessas crianças, bem como dos proprietários de estabelecimentos.

Já o decreto 1689 de 28 de abril de 1910 surgiu com o propósito de dar nova organização ao Ensino Primário, propondo a grande reforma educacional; pouco tempo depois, foi regulamentado o decreto 1695 de 30 de abril do mesmo ano. Esse decreto veio aprovar os novos programas para o Ensino Primário do Estado, reorganizando os estudos e instituindo novas disciplinas ao ensino. Assim, no Art. 3 desse decreto e na alínea h, observou-se o destaque para a criação da disciplina Ginástica Escolar para a oferta no Ensino Primário.

No ano de 1910, no Pará, o ensino primário passava por uma reorganização administrativa e pedagógica. O governador Luiz Coelho (Pará, 1910, p. 48), entendia que essa reforma deveria ser “revista em seus detalhes para acomodá-la a processos pedagógicos mais adiantados”. O governador comenta que foi necessário um ano de observação e prática para perceber que os programas de ensino em vigor precisavam ser revistos devido às novas mudanças que a educação primária estava alcançando em todo o território nacional, afirmando que as condições sociais exigiam uma nova organização do ensino primário.

O desenvolvimento físico das crianças recebeu especial cuidado por parte do governo paraense. Antes mesmo de decretada a reforma de 1910, Augusto Olympio, que era secretário do Estado e Interior, Justiça e Instrução Pública, havia convocado uma reunião com os diretores dos Grupos Escolares da capital, com a assistência dos inspetores escolares, objetivando dar atenção para um assunto até então completamente desprezado nos estabelecimentos de ensino, isto é, os recreios eram momentos que praticamente os alunos ficavam ociosos, sem atividades construtivas.

Augusto Olympio (Pará, 1911) mostrou o quanto era vantajoso e indispensável cuidar do desenvolvimento físico das crianças, tornando, assim, os recreios em uma espécie de aula de ginástica, no intervalo das aulas, colaborando inclusive para o descanso mental. Ordenou que, durante o recreio, os alunos ficariam sob a vigilância dos

respectivos professores realizando atividades de caminhadas conforme as regras da ginástica, desenvolvendo desta forma o organismo.

Era obrigação dos diretores das instituições escolares realizarem a produção de relatórios que mostrassem como estava sendo organizado na prática o ensino primário nas escolas paraenses. Eles apontavam diferentes aspectos do processo educacional, que perpassaram pelos relatos sobre as instalações dos prédios, pelos materiais didáticos e pelas disciplinas e atividades educacionais que ocorriam nas escolas.

O diretor João Alves de Paiva Menezes, do 4º grupo escolar José Veríssimo, comenta, em seu relatório, sobre a situação do prédio que sediava o grupo escolar. Era um local bem construído, com salas grandes e confortáveis, mas que estava enfrentando alguns problemas, como a falta de local adequado à prática da ginástica escolar. Para ele:

O Grupo funciona em edifício próprio, bem arejado, contendo amplas e confortáveis salas, onde se acham instaladas as aulas. Ressente-se, porém, de certos inconvenientes, tais como, sentinas colocadas em frente das aulas e falta de compartimentos apropriados para o recreio que, por isso, é dado nos corredores paralelos às salas de aulas nos quais as sentinas em número de 16. Seria conveniente aproveitar os pátios, ampliando-os e preparando-os de modo a poderem ser destinados ao repouso de espírito e exercícios físicos dos alunos; e quanto às sentinas, remove-las para outro lugar (Relatório do 4º Grupo Escolar, 1910, p. 8).

Com a publicação da reforma, a Ginástica Escolar foi mais bem metodizada e, em muitos estabelecimentos, passou a ser realizada em condições satisfatórias, em locais e com recursos apropriados. No entanto, ainda existiam algumas dificuldades para que este novo requisito da educação se estabelecesse: “Pena é que a maior parte dos prédios onde funcionam os Grupos Escolares não disponha de área em condições de permitirem a prática inteligente de tão útil quanto recreativa disciplina” (Pará, 1911, p. 80), falando da Ginástica.

O ensino de Ginástica Escolar no Pará a partir de 1910 se referenciava pelo manual de Ginástica Racional e Prática<sup>2</sup> e deveriam ser praticados sempre com as mãos abertas e com dados reunidos. Sua oferta no Ensino Primário era com os conteúdos assim discriminados:

---

<sup>2</sup> Método adotado a partir da produção francesa. Cf. ANDRÉ, Emili. *La Gymnastique suédoise: Manuel de gymnastique rationnelle à la portée de tous et à tout age d'après la méthode de L.G. Kumlien*. Paris, France: P., Ernest Flammarion, 1825. 228 p.

**Tabela 1:** Conteúdos para o Ensino de Ginástica Escolar na Educação Primária no Pará de 1910

Nível de ensino	Ano	Conteúdo
Educação Elementar	1º Ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Formatura dos alunos;</li> <li>✓ Explicação das extremidades pelo professor;</li> <li>✓ Marcha simples em passo ginástico.</li> </ul>
	2º Ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Formação de alunos</li> <li>✓ Exercícios de posição fundamentais: movimento regulamentar (perfilado das mãos), mãos as onças; mãos as nuças; mãos as espáduas, mãos ao peito; pés juntos; pés abertos; pés abertos um passo à frente; pés juntos um passo à frente.</li> </ul>
	3º Ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Movimento de braços: distensão dos braços verticalmente; distensão dos braços lateralmente; distensão dos braços horizontalmente; três movimentos feitos seguidamente.</li> <li>✓ Organização de fileiras;</li> <li>✓ Passo a frente em diversos sentidos.</li> </ul>
	4º Ano	<p>1ª Parte</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Recapitulação do programa anterior;</li> <li>✓ Exercícios de distensão dos braços verticalmente, enquanto o outro fica pendente a movimentações da cabeça;</li> <li>✓ Rotação da cabeça para a direita e esquerda;</li> <li>✓ Flexão para trás;</li> <li>✓ Flexão para trás com resistência das mãos.</li> </ul> <p>2ª Parte</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Exercícios para tornar o tronco flexível;</li> <li>✓ Marchas graciosas.</li> </ul>

Educação Complementar	1º Ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Recapitulação do programa ministrado no ensino elementar, somado a movimentos de resistência;</li> <li>✓ Marcha de passo à frente a atrás, distendendo lateralmente os braços;</li> <li>✓ Exercícios aos pares, de mãos dadas, em marchas suecas;</li> <li>✓ Contramarcha circular, reta, curvas, sinuosas e em espiral simples.</li> </ul>
	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Recapitulação do Programa dos anos anteriores.</li> </ul>

Fonte: Pará. Relatório do Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública, 1911.

Ao analisarmos o programa de ensino voltado para o 1º ano do ensino elementar, percebemos a predominância de um ensino dirigido, metódico e direcionado para a prática individual; no entanto, não muito aprofundado, com ênfase em conceitos de ordem relacionados ao conteúdo da formatura dos alunos, que, na realidade, se configurava na organização dos mesmos em filas, valorizando as marchas em passo ginástico.

No 2º ano do ensino elementar, verificamos a permanência do conteúdo do 1º ano referente à organização dos alunos em fileiras; contudo, acrescentam-se exercícios voltados para a fortificação e desenvolvimento das mãos e dos pés. Já no 3º ano deste mesmo nível de ensino, identificamos a valorização de exercícios com a utilização dos braços em diversos sentidos, enfatizando conceitos de lateralidade, além da permanência de exercícios para a manutenção da ordem. Nesse sentido, o ciclo do conteúdo voltado para o ensino elementar se fecha dividido em duas partes: a primeira parte tratava da recapitulação das orientações dos anos anteriores, enquanto na segunda parte exercitava-se o tronco, com o intuito de deixá-lo mais flexível e robusto.

O ensino complementar preocupava-se em recapitular as práticas da ginástica dos anos anteriores e enfatizar principalmente as marchas suecas. Diferentemente do ensino elementar, onde os exercícios aconteciam de forma individualizada, no ensino complementar, passaram a ocorrer de forma coletiva, especificamente em dupla.

Percebe-se, com a análise do programa, que a prática da disciplina “Ginástica Escolar” se voltava para o exercício e desenvolvimento do corpo, focando em atividades para a cabeça, tronco, braços e mãos, demonstrando também certa valorização para a ordem e postura corporal. Isso pode ser observado no conteúdo do programa que se destinava às práticas das marchas em padrões suecos e formação de fileiras, que proporcionam “uma doutrina, ortodoxa e rígida, atuando na atenção e na vontade,

interferindo no comportamento moral e social do indivíduo” (Moreno, 2006, p. 1, apud Silva, 2015, p.78).

Assim, devemos compreender que falar de corpo é complexo, como aponta Porter (2011), e entender o corpo como algo unicamente natural e não problemático, esquecendo-se das suas necessidades, desejos, lutas, cultura, entre outras, é tornar o entendimento social acerca desse corpo muito simplista. Partindo deste pressuposto, podemos analisar, de maneira mais afinsa, a complexidade que estava por detrás do ensino de ginástica, que envolvia alguns aspectos que elucidamos a seguir:

- a) Hierarquia: quem detinha o poder de definir o corpo ideal, o corpo republicano. Desde higienistas, governantes, professores, inspetores. Na escola, era a criança que obedecia, a quem queriam transformar no futuro da nação.
- b) Controle social: como bem apontou Porter (2011), esse controle republicano estava preocupado com a formação de uma nação prontificada a viver pelos preceitos da modernidade republicana, “encaixando” cada sujeito no seu devido lugar – o rico e o pobre. Esse controle social se daria em todas as atividades das escolas, desde as disciplinas até as festas cívicas que aconteciam.
- c) Controle do corpo: literalmente controlar o corpo do outro, definindo o que é bom e correto, o que é ruim e deve ser descartado. Policiando o corpo do outro, construindo assim um estereótipo padrão.
- d) Controle da mente: o que é o corpo sem a mente? A mente é parte essencial do ser humano e, diante disso, para o funcionamento do controle social, além de controlar o corpo, também era importante controlar a mente. Definir o que cada sujeito deveria pensar, de que forma pensar, estabelecendo padrões do que é certo e errado (segundo o pensamento moderno).

É importante frisar que um corpo saudável significa “[...] formar integralmente a criança a partir de três dimensões: intelectual, moral e física” (Pinheiro; França, 2020, p. 172). As crianças deveriam estar em um pleno estado de consciência e sintonia mental e corporal, para assim melhor aprenderem todos os processos educativos ao qual elas eram submetidas. Pinheiro e França (2020) ainda afirmam que os momentos de ginástica também faziam parte do tempo de recreação, ou, como eles nomeiam, a “arte de recrear”.

Pinheiro e França (2020) apontam também que o treino do corpo também estaria relacionado aos valores morais de ordem e respeito, e ajudaria no desenvolvimento sensorial, perceptivo, da atenção e do controle corporal. Para isso, era essencial o tempo destinado a essas atividades, ainda que por pouco tempo, mas que deveriam fazer parte do dia a dia das crianças na escola. Pinheiro e França (2020, p. 173) apontam que:

O tempo do recreio era de 15 minutos diários nos intervalos de aula reservados aos exercícios físicos, exceto às quintas e sábados, quando o intervalo recreativo seria de 30 minutos. O capítulo I, artigos 9º e 10º do regimento interno dos grupos escolares do Pará de 1904 estabelece os seguintes conteúdos para serem trabalhados durante as aulas de educação física: noções de higiene, exercícios físicos e jogos para os meninos; enquanto as meninas poderiam aprender prendas e trabalhos considerados exclusivos às mulheres da época.

Essas diferenciações educativas entre homens e mulheres dizem muito daquele período; os homens deveriam focar em atividades que visavam um desenvolvimento técnico, para o mercado de trabalho, e as mulheres faziam principalmente as atividades que desenvolveriam o lado mais caseiro, de mãe, de dona de casa. De acordo com Pinheiro e França (2020, p. 174), “[...] as meninas deveriam praticar somente jogos e brincadeiras ao ar livre; aos meninos deveria ser evitados jogos com as mãos e capoeira e outros similares, que segundo o regimento não visavam educar”. Essa proibição imputada à capoeira, de acordo com os autores, era com o intuito de afastar as crianças das memórias afro-brasileiras.

As práticas de ginástica e de controle do corpo estabelecidas nas escolas estavam diretamente ligadas ao comportamento do sujeito fora da escola, ou seja, dizemos com isso, que as reproduções comportamentais na escola deveriam refletir as reproduções sociais e culturais da sociedade. Melo (2013, p. 129), ao falar dos comportamentos dos homens, aponta que:

[...] as práticas institucionalizadas, inseridas no cenário de uma nação em constituição, que aspirava de forma tensa e confusa a adesão ao ideário e imaginário modernos, apresentam modelos de comportamentos para os homens, no que se refere à exposição corporal quanto no tocante às atitudes deles esperadas. Como bem aborda Jardim: “essas *performances* masculinas são rotinizadas e, portanto, são mais do que o espaço de interação social e sim de estruturação de uma experiência que estabelece o nexos entre o físico e o social”.

Incluir o debate sobre gênero nas discussões sobre a ginástica nas escolas do período republicano no Pará levaria a uma pesquisa muito mais ampla e profunda acerca do corpo e gênero, o que não é objetivo deste artigo, mas já se registra assim um ponto importante a ser pesquisado. Como pensou Julia (2001), seria importante analisar as transferências culturais que operavam de fora da escola, mas que se direcionava a ela:

Seria conveniente analisar atentamente as transferências culturais que foram operadas da escola em direção a outros setores da sociedade em termos de formas e de conteúdos e, inversamente, as transferências

culturais operadas a partir de outros setores em direção à escola. A quais retraduições específicas procede a escola quando ela deixa passar no seu próprio dispositivo aprendizagens que não eram propriamente escolares e dependiam de culturas “profissionais”? (Julia, 2001, p. 37).

Do mesmo modo, entendemos que também devemos pensar a partir do que é construído dentro da escola com vistas a moldar sujeitos para a sociedade, ou seja, para fora do ambiente escolar. A escola republicana é perpassada por essas trocas culturais entre o interno e o externo, entre a educação e outras áreas do conhecimento.

### **Considerações finais**

Este estudo trouxe para as discussões que o ensino de Ginástica Escolar na primeira década do regime republicano passou por profundas transformações que culminaram na própria criação da disciplina e o reordenamento de seu ensino.

Sobre esse ponto, de um lado, no bojo do que já vinha sendo discutido por José Veríssimo desde os anos iniciais de 1900 sobre a valorização de conteúdos voltados para a Educação Física como forma de proporcionar uma educação significativa para além dos limites escolares e até mesmo pelo que se propunha no decreto de n.º 1191 de 1903, a Educação Física como conteúdo deveria exercitar sim, o corpo, mas principalmente a mente daqueles que seriam o futuro da nação. Por outro lado, o próprio decreto de n.º 1695 de 1910 estabelece a Ginástica Escolar como disciplina; contudo, reconfigura a forma como os conteúdos de Educação Física seriam ministrados, diferenciando a nosso ver o que propunham as orientações iniciais elencadas por Veríssimo em seu artigo de 1904.

Os achados da pesquisa em questão demonstraram que as várias práticas escolares, sociais e até mesmo políticas desencadeadas, no período de 1900 a 1912, foram decisivas para moldar corpos e mentes como suporte na legitimação do regime político. Para tanto, Chartier (2002) esclarece-nos que estas atuam como representações do mundo social e buscam a universalização fundamentada na razão, estando diretamente interligada aos interesses de quem produz esses discursos. Portanto, destacamos que as próprias orientações educacionais implementadas no Estado do Pará buscavam reproduzir as aspirações daqueles que idealizavam as renovações para o ensino primário.

Como mencionado neste texto, essas idealizações se efetivariam através de medidas de controle social da população. Na escola, mais especificamente, seria definido mediante políticas para a educação e nas próprias disciplinas. A busca pelo corpo e pela

mente perfeita daquelas crianças estava inteiramente ligada à busca pela ordem e progresso do país, pautados nos preceitos da modernidade.

Toda a comunidade educacional estava envolvida no desenvolvimento da educação no Pará. A exemplo disso, tem-se o fato de os diretores das escolas terem que produzir relatórios sobre o ano letivo e nele relatarem tudo o que de mais importante ocorreu nas instituições, a fim de trabalharem para as melhorias, demonstrando, assim, como ocorria o processo formativo das crianças republicanas, com o intuito de formar cidadãos mergulhados na modernidade e no civismo.

## Referências

4º GRUPO ESCOLAR. *Relatório do ano de 1909*. Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré, 1910.

CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002, p. 30-67.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução de George Schlesinger. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2014.

COELHO, Geraldo Mártires. *No Coração do Povo: O monumento à República em Belém 1891 – 1897*. Belém: Paka Tatu, 2002.

FRANÇA, Maria do P. S. G. de S. Avelino de. *José Veríssimo (1857 – 1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da Renovação Escolar Conservadora*. 2004. 173f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n], 2004. Orientadora: Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de; RODRIGUES, Denise Simões. Uso do documento em pesquisa sócio-histórica. In: MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de (orgs.). *Metodologias e técnicas de pesquisa em educação*. Belém: Eduepa, 2010. p. 55 -74.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higienismo e educação escolar na corte imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39195>. Acesso em: 02 jun. 2023.

LEÃO, Acyilino de. Higiene. *Revista do Ensino do Pará*, n. 8: Imprensa Oficial, Pará, 1912.

MELO, Victor Andrade de. Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX). In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (orgs.). *História dos homens no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 119-152.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. *Epistemologia e educação: bases conceituais e racionalidades científicas e históricas*. Petrópolis: Vozes, 2016.

PARÁ. *Regulamento Geral do Ensino Primário reorganizado pelo Decreto nº 1190 de 17 de fevereiro de 1903*. Typ do Diário Oficial: Pará, 1903.

PARÁ. *Decreto nº 1689 de 28 de abril de 1910 que reorganiza o ensino primário do estado*. Typ. do Instituto Lauro Sodré: Pará, 1910.

PARÁ. *Relatório referente aos anos de 1910-1911, apresentado a S. Exc. Snr. Dr. João Antonio Luiz Coelho, Governador do Estado*. Pará- Brasil: Tipografia do Instituto Lauro Sodré, 1911.

PARÁ. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho, Governador do Estado do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2444>. Acesso em: 30 out. 2016.

PINHEIRO, Marinaldo Pantoja; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. *Berço de civilidade: rituais formativos no grupo escolar de Igarapé-Miri, Pará (1904-1942)*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 297-333.

PRIORE, Mary del; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Elis Priscila Aguiar da. *Educação física no ensino público primário no Pará: 1890-1930: prescrições e prática*. Orientadora: Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França. 2015. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

VERÍSSIMO, José. Da educação physica: lição de pedagogia. *A Escola*, Pará, v. VIII, n. 47, p. 171 – 175, fev. 1904.